

Déficit dos estados bateu recorde e chegou a mais de R\$ 4 bilhões de janeiro a julho

Governadores não conseguem cobrir despesas correntes nem amortizar dívidas

Sergio Marques/4-9-96

Maria Luiza Abbott

• **BRASÍLIA.** O déficit dos estados está batendo todos os recordes este ano. Segundo o Banco Central, até julho, o déficit primário (que exclui gastos com juros) já tinha chegado a 0,7% do Produto Interno Bruto, o maior desde que começaram os registros das contas estaduais, em 1983. O rombo, de mais de R\$ 4 bilhões, mostra que os governadores não conseguem amortizar dívidas e muito menos cobrir suas despesas correntes com a arrecadação.

— A razão principal é que não existe mais inflação para corroer os gastos com pessoal — disse o economista Raul Velloso, um dos maiores especialistas em contas públicas do país.

Reajuste de 95 aumentou os gastos com a folha salarial

A situação complicada das finanças dos estados já era esperada desde o fim do ano passado, mas não se esperava que a deterioração chegasse a tal ponto. Historicamente, os governadores sempre concederam generosos reajustes salariais quando estavam saindo ou chegando ao posto. Nos intervalos, a inflação alta elevava a receita e corroía as despesas com pessoal. Em 95, os governadores estavam chegando e a história se repetiu, mas a inflação estava em queda. O resultado é que a folha salarial dos estados — com raras exceções, como Bahia e Ceará — passou a consumir até mais de 100% da receita.

A saída foi pedir socorro ao Governo federal, que veio através da Caixa Econômica Federal, depois de acordos fechados com o Tesouro Nacional no início de



O ECONOMISTA Raul Velloso: "A razão principal é que não existe mais inflação para corroer os gastos com pessoal"

1996, estabelecendo metas de ajuste fiscal. Os empréstimos da Caixa para pagar atrasados chegaram a R\$ 1 bilhão, e outro R\$ 1 bilhão financiou os programas de demissão voluntária.

Sem ter para onde correr, os estados queimaram ativos. Cerca de R\$ 2 bilhões foram sacados dos depósitos à vista e dos chamados títulos em tesouraria — papéis que tinham sido lançados antes da proibição de emissões, mas que ainda estavam no caixa. No conceito oficial, déficit é variação da diferença entre dívida bruta e os ativos financeiros. O déficit nominal dos estados au-

mentou mais de R\$ 4 bilhões em 1996 justamente porque os governadores obtiveram financiamento para pagar suas despesas.

Premidos pelas folhas de pessoal e pelo pagamento de serviço das dívidas, não sobra nada aos governadores para manutenção das máquinas, pagamento de outros serviços, INSS, FGTS, ou investimentos. Segundo Velloso, o pior é que o ajuste é lento, pois, com inflação baixa, embora a maioria dos estados tenha decidido não conceder reajustes salariais, o peso das folhas continua alto. O especialista acha que, como as últimas fontes de receita se

foram, ou os governadores tomarem dinheiro de curtíssimo prazo a juros altíssimos ou terão que demitir em massa, após a aprovação da reforma administrativa:

— Acompanhei as tentativas de demissão em massa dos governos Sarney e Collor. Não saíram, porque os governos não têm como resistir às pressões políticas e até humanitárias. Não faz parte da tradição brasileira.

O jeito é instituir programas de demissão voluntária e fechar vagas abertas, um processo lento. Por isso, Velloso acha que o Governo federal terá que achar uma alternativa para a crise. ■